

FASUL EDUCACIONAL **(Fasul Educacional EaD)**

PÓS-GRADUAÇÃO

SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO

DISCIPLINA: ESCOLA E SOCIEDADE
RESUMO
Esta disciplina aborda sobre a gestão descentralizada das políticas públicas no Brasil. Habilidades e competências: descrever e analisar como se deu o processo de redefinição da gestão pública brasileira pós-Constituição de 1988; compreender e documentar como ocorreu a descentralização das políticas públicas; identificar e construir conceituações sobre controle social; explicar e justificar a importância da participação democrática nas decisões e ações públicas; descobrir e registrar como os conselhos gestores podem colaborar na formulação, no acompanhamento e na avaliação de políticas públicas.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 O PROCESSO DE REDEFINIÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA BRASILEIRA DESCENTRALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS CONTROLE SOCIAL NA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA NAS DECISÕES E AÇÕES PÚBLICAS CONSELHOS GESTORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS
AULA 2 ESTRUTURA GERAL DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA MODALIDADES DE ENSINO SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO AS METAS DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
AULA 3 ORIGENS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA A GESTÃO DEMOCRÁTICA O CONCEITO DE PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO BASES LEGAIS DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO COLETIVO
AULA 4 INSTITUIÇÕES SOCIAIS A FAMÍLIA CONTEMPORÂNEA FUNÇÃO SOCIAL DA FAMÍLIA O PAPEL SOCIAL DA ESCOLA A INTERAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA NO CONTEXTO ESCOLAR
AULA 5 ESCOLA-FAMÍLIA: AGENTES COMPLEMENTARES ESTILOS PARENTAIS A PARTICIPAÇÃO FAMILIAR NA VIDA ESCOLAR DAS CRIANÇAS COMPROMISSOS EDUCACIONAIS DA ESCOLA ESTRATÉGIAS DA ESCOLA PARA ATRAIR OS PAIS A PARTICIPAR DA VIDA ESCOLAR

AULA 6

SER PROFESSOR NA CONTEMPORANEIDADE
A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE PROFISSIONAL DOCENTE
CRISE DE IDENTIDADE: DESCARACTERIZAÇÃO E DESPROFISSIONALIZAÇÃO
DOCENTE
OS PILARES DA EDUCAÇÃO
DESAFIOS E INCERTEZAS DA PROFISSÃO DOCENTE NA ATUALIDADE

BIBLIOGRAFIAS

- BONETI, Lindomar Wessler. Políticas públicas por dentro. Ijuí: Unijuí, 2011.
- GONH, Maria Glória. Conselhos gestores e participação sociopolítica. São Paulo: Cortez, 2011.
- ROCHA, Roberto. A gestão descentralizada e participativa das políticas públicas no Brasil. Disponível em: http://www.ppgcsoc.ufma.br/index.php?view=article&catid=72%3Arevista-2009-numero-11-&id=318%3Aa-gestao-descentralizada-e-participativa-das-politicas-publicas-no-brasil-resumo&format=pdf&option=com_content&Itemid=114.

DISCIPLINA:

RELAÇÕES SOCIAIS E CONFLITOS NA ESCOLA

RESUMO

Para discutirmos acerca das políticas sociais e o enfrentamento da questão da violência, propomos, em um primeiro momento, o retorno ao conceito de política social. Afinal, do que se trata? Não é nosso objetivo, aqui, aprofundarmos o tema e os fundamentos da política social. Entretanto, é importante que façamos algumas reflexões que irão contribuir para a compreensão da problemática.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
O TRATAMENTO DA QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL ANTES DA DÉCADA DE 1930
A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA SOCIAL NO BRASIL
POLÍTICA SOCIAL E NEOLIBERALISMO NO BRASIL
A POLÍTICA SOCIAL E DESENVOLVIMENTISMO NO BRASIL

AULA 2

INTRODUÇÃO
A VIOLÊNCIA FÍSICA
VIOLÊNCIA MORAL E PSICOLÓGICA
VIOLÊNCIA PATRIMONIAL
VIOLÊNCIA SEXUAL

AULA 3

INTRODUÇÃO
CICLOS DE VIDA E VIOLÊNCIA
VIOLÊNCIA URBANA
VIOLÊNCIA NO CAMPO
VIOLÊNCIA AUTOPROVOCADA

AULA 4

INTRODUÇÃO

O ATENDIMENTO E O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA
A POLÍTICA DE SAÚDE
POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
OUTRAS POLÍTICAS SOCIAIS E A QUESTÃO DA VIOLÊNCIA

AULA 5

INTRODUÇÃO
PARTICIPAÇÃO SOCIAL
CONTROLE SOCIAL
MOVIMENTOS SOCIAIS E O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA
O TRABALHADOR DAS POLÍTICAS SOCIAIS NAS INSTÂNCIAS DE CONTROLE SOCIAL

AULA 6

INTRODUÇÃO
PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO E O ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA
NOTIFICAÇÃO DA VIOLÊNCIA
COTIDIANO E TRABALHO PROFISSIONAL
CONDUTA ÉTICA E O COMPROMISSO NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA

BIBLIOGRAFIAS

- IPEA. Texto para discussão 2331. Bolsa Família, autonomia e equidade de gênero: o que indicam as pesquisas nacionais? Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Rio de Janeiro: IPEA, 2018.
- CISNE, M. Gênero, divisão sexual do trabalho e Serviço Social. São Paulo: Outras Expressões, 2012.
- CARLOTO, C. M.; NOGUEIRA, B. W. F. Família, gênero e proteção social. Revista Em Pauta, Rio de Janeiro, n. 42, v. 16, p. 49 – 64, 2018.

DISCIPLINA:

DIREITOS HUMANOS E MOVIMENTOS SOCIAIS NA EDUCAÇÃO

RESUMO

Nesta disciplina veremos que os seres humanos sempre precisaram trabalhar para produzir os bens necessários à sua sobrevivência. O trabalho assume diferentes formas no decorrer da história e influencia o campo educacional. O trabalho constitui o ser humano. É pelo trabalho que o homem (indivíduo) se humaniza, na produção das condições necessárias à sua sobrevivência. Ao longo do tempo, o trabalho se modificou, se transformou. Também se modificaram a educação e as práticas pedagógicas adotadas. A função da educação sempre foi a transmissão de conhecimentos de uma geração a outra. O trabalho e a educação são práticas exclusivamente humanas. Pelo trabalho, o ser humano produz as condições necessárias à sua sobrevivência. Pela educação, os conhecimentos são transmitidos de geração a geração.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
EDUCAÇÃO FORMAL
EDUCAÇÃO INFORMAL
EDUCAÇÃO NÃO FORMAL
A PEDAGOGIA SOCIAL E A EDUCAÇÃO

AULA 2

INTRODUÇÃO

A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E OS DIREITOS HUMANOS
TRATADOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS
CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE, CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS E CONSTITUCIONALISMO GLOBAL
A CONCRETIZAÇÃO DA PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

AULA 3

INTRODUÇÃO

TEORIAS MARXISTAS, PÓS-MARXISTAS (ESCOLA DE FRANKFURT) E A CRÍTICA A ELAS
ESCOLA DE CHICAGO E MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS
TEORIA DOS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA
MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL A PARTIR DA REDEMOCRATIZAÇÃO

AULA 4

INTRODUÇÃO

A CONSTRUÇÃO DO PNEDH
OBJETIVOS DO PNEDH
A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NO PNEDH: EDUCAÇÃO FORMAL
A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NO PNEDH: EDUCAÇÃO NÃO FORMAL

AULA 5

INTRODUÇÃO

EDUCAÇÃO POPULAR E PAULO FREIRE
MOVIMENTO ESTUDANTIL
MOVIMENTOS E CAMPANHAS PELA EDUCAÇÃO
MOVIMENTOS SOCIAIS E A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

AULA 6

INTRODUÇÃO

INTERCULTURALIDADE E DIREITOS HUMANOS
EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS
O PAPEL DO EDUCADOR NA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS
EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E CULTURA DA PAZ

BIBLIOGRAFIAS

- BRANDÃO, C. R. O que é educação. São Paulo: Abril Cultura; Brasiliense, 1985.
- BRASIL. Constituição Política do Imperio do Brazil, de 25 de março de 1824.
- LIBÂNEO, J. C. Pedagogia e pedagogos, para quê? 12. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

DISCIPLINA:

DIREITOS EDUCACIONAIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

RESUMO

A atuação do conselho tutelar está respaldada em preceitos legais que historicamente foram construídos em âmbito nacional e internacional. Todo o aparato legal representa o esforço de vários segmentos da sociedade civil organizada em diferentes lugares do mundo na superação de representações a respeito da criança e da adolescência, que não

correspondiam ao necessário cuidado que pessoas em fase de desenvolvimento biopsicossocial necessitam para ter assegurados os direitos de humanos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

BREVE HISTÓRICO DA CONSTRUÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DAS CRIANÇAS NO SÉCULO XX
OS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO BRASIL
CONVENÇÃO INTERNACIONAL DE 1989
CRIANÇA – TODO SER HUMANO COM MENOS DE 18 ANOS
PODER FAMILIAR EM SUBSTITUIÇÃO AO PÁTRIO PODER – UM NOVO CONCEITO DE FAMÍLIA

AULA 2

A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA COMO PONTO CENTRAL DA PROTEÇÃO DIRECIONADA A CRIANÇAS E ADOLESCENTES
A PROTEÇÃO DESTINADA A CRIANÇAS E ADOLESCENTES NAS PRIMEIRAS CONSTITUIÇÃO BRASILEIRAS
A PROTEÇÃO DESTINADA A CRIANÇAS E ADOLESCENTES NAS CONSTITUIÇÕES QUE ANTECEDERAM A CONSTITUIÇÃO CIDADÃ

AULA 3

A DOCTRINA/PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO INTEGRAL
PRINCÍPIO DA PRIORIDADE ABSOLUTA E DA PREVALÊNCIA DOS INTERESSES
PRINCÍPIO DA BREVIDADE E DA EXCEPCIONALIDADE
PRINCÍPIOS DA GRATUIDADE, DA SIGILOSIDADE E CONVIVÊNCIA FAMILIAR

AULA 4

DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS – NACIONALIDADE
OUTRAS CARACTERÍSTICAS DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS
DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS PREVISTOS NO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - A FAMÍLIA E A EDUCAÇÃO
DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS PREVISTOS NO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

AULA 5

FUNDAMENTOS LEGAIS SOBRE AS POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
AS LINHAS DE AÇÃO PARA A POLÍTICA DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
AS ENTIDADES DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
A FISCALIZAÇÃO DE ENTIDADES DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

AULA 6

O CONSELHO TUTELAR NO SISTEMA DE GARANTIA
A REDE DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

PRINCIPAIS DESAFIOS POR PARTE DOS INTEGRANTES DO SISTEMA DE
GARANTIA DE DIREITOS
PRINCIPAIS DESAFIOS POR PARTE DA SOCIEDADE

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Projetos Educacionais Especiais. Programa nacional de atenção integral à criança e ao adolescente (Pronaica). Subprogramas e ações. Brasília, jan. 1994. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002528.pdf>.
- BRASIL. Portal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Conanda. Disponível em: <http://www.direitosdacrianca.gov.br/conanda>.
- COELHO, B. F. Art. 4º da lei n. 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente): Análise crítica e soluções para a efetiva aplicabilidade dos preceitos normativos. Âmbito jurídico, Rio Grande, v. 13, n. 82, nov. 2010. Disponível em: http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8770.

DISCIPLINA:

LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL

RESUMO

Nesta disciplina abordaremos a legislação educacional do Brasil, numa perspectiva crítica da natureza das leis e do planejamento da educação brasileira na atual conjuntura. Alguns importantes conceitos serão trabalhados sobre a democratização da educação básica, como funcionam os sistemas de ensino, bem como a legitimidade dos planos em nível nacional, referentes às políticas educacionais, considerando, nesse contexto, a atuação do Ministério da Educação (MEC) como parte do aparelho de Estado.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA: NATUREZA DAS LEIS E NORMAS
COMPLEMENTARES

SISTEMAS DE ENSINO: ENSINAR E APRENDER GESTÃO DA EDUCAÇÃO

REGULAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

RELAÇÕES ENTRE UNIÃO, ESTADOS E MUNICÍPIOS

AULA 2

TRABALHO PEDAGÓGICO NO ÂMBITO EDUCACIONAL

FORMAS DE INTERVENÇÃO DO ESTADO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR: PERSPECTIVA
CRÍTICA E CONCEITOS FUNDANTES

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA) – LEI N. 8.069/1990 E SEUS
DESDOBRAMENTOS EM DEFESA DOS DIREITOS DA INFÂNCIA

FORMAÇÃO OMNILATERAL NA EDUCAÇÃO

AULA 3

APLICAÇÃO DA LDB NA EDUCAÇÃO BÁSICA: GESTÃO DEMOCRÁTICA EM
CONSTRUÇÃO

EDUCAÇÃO INFANTIL NA LDB: PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO DA
INFÂNCIA

ENSINO FUNDAMENTAL NA LDB 9394/96

LEI N. 13.415/2017 - O “NOVO” ENSINO MÉDIO

AULA 4

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB): LIMITES E AVANÇOS

DISPOSITIVOS LEGAIS DA LDB 9394/96 RELATIVOS À AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
AVALIAÇÃO EM GRANDE ESCALA: AÇÕES DO MEC, DAS SMES, DAS SEEDS
AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO NUMA PERSPECTIVA EMANCIPADORA

AULA 5

PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (PDE): BASES DE SUSTENTAÇÃO
EQUIDADE NA EDUCAÇÃO: COMO PROCEDER?

METAS DO PNE 2014/2024: ENTRE A POSSIBILIDADE E A REALIDADE

CONSIDERAÇÕES SOBRE O PNE 2014/2024: RESISTÊNCIA E CONTRADIÇÕES NA
ESFERA DA POLÍTICA EDUCACIONAL

AULA 6

BNCC PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL: DESAFIOS A PERCORRER

OS CAMPOS DE EXPERIÊNCIA NA BNCC: ESTRUTURA E PROPÓSITOS

A BNCC PARA O ENSINO FUNDAMENTAL: CONCEPÇÕES, LIMITES CONCEITUAIS E
PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO HISTORICAMENTE SISTEMATIZADO

BNCC - RESOLUÇÃO N. 04/2018: PERCURSO DE CONSTRUÇÃO

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União, Brasília, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.
- _____. Emenda Constitucional n. 59, de 11 de novembro de 2009. Diário Oficial da União, Brasília, 12 nov. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm.
- _____. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Diário Oficial da União, Brasília, 16 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm.

DISCIPLINA:

IDENTIDADES CULTURAIS E SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

RESUMO

A atualidade de temas tratados nos clássicos das Ciências Políticas é latente, em especial dos escritos de Maquiavel, que por vezes parecem ter sido produzidos sob inspiração e análise fiel do comportamento de muitos governantes que existem em nossos dias, no Brasil e no exterior. Para Maquiavel, a política é dotada de uma ética diferente da ética chamada por ele de “cristã” e, por isso, para esse autor, muitas vezes é necessário que o “príncipe” aja de forma mais rude para atingir um objetivo ou proteger o Estado, entendendo essas ações como eticamente justificáveis.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

CIÊNCIA POLÍTICA E TEORIA POLÍTICA

CONCEITOS CENTRAIS EM TEORIA POLÍTICA

NICOLAU MAQUIAVEL

IMMANUEL KANT

GEORGE HEGEL

RESOLUÇÃO

AULA 2

O ESTADO DE NATUREZA
DO CONTRATO SOCIAL
CLÁSSICOS DO CONTRATUALISMO HOBBS
CLÁSSICOS DO CONTRATUALISMO LOCKE
CLÁSSICOS DO CONTRATUALISMO ROUSSEAU
NEOCONTRATUALISMO

AULA 3

A FORMAÇÃO DO ESTADO LIBERAL
LIBERDADE, IGUALDADE E FRATERNIDADE
WELFARE STATE
CRISE DO WELFARE STATE
ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL NO BRASIL
RESOLUÇÃO

AULA 4

O QUE É CIDADANIA?
CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA NO CONTEXTO DA REVOLUÇÃO INGLESA E DA
REVOLUÇÃO AMERICANA
A REVOLUÇÃO FRANCESA E O CONTEXTO HISTÓRICO DA CONSTRUÇÃO DA
IDEIA DOS DIREITOS HUMANOS
PRINCIPAIS TRATADOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS
REFLEXÕES SOBRE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS NA ATUALIDADE

AULA 5

CAPITANIAS HEREDITÁRIAS E AS SESMARIAS
FORMAÇÃO DA PROPRIEDADE PRIVADA NO BRASIL
ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA
FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL
DEMOCRACIA NO BRASIL
POLÍTICA SOCIAL

AULA 6

BRASIL COLONIAL E BRASIL IMPERIAL 1500 A 1888
PRIMEIRA REPÚBLICA OU REPÚBLICA VELHA 1889 A 1930
ESTADO NOVO 1930 A 1964
DITADURA MILITAR 1964 A 1986
REDEMOCRATIZAÇÃO 1986 A 2002
ESTADO BRASILEIRO NA ATUALIDADE 2003 – ATUAL

BIBLIOGRAFIAS

- GEORGE, Ricardo. Estado e sociedade civil em Hegel. 2016. Disponível em <http://pt.slideshare.net/ricardogeo11/estado-e-sociedade-civil-em-hegel>.
- LAURENTIIS, Lucas C.; SILVA, Roberto B. D. Nicolau Maquiavel: realismo e humanismo na teoria política. Revista Brasileira de Estudos Políticos. Belo Horizonte, n. 102, p. 291-303, jan/jul 2011.
- LOPES, Reinaldo J. Os Médici: a grande família. Revista Aventuras na História. 2009. Disponível em <http://guiadoestudante.abril.com.br/aventuras-historia/medici-grande-familia-485434.shtml>.

DISCIPLINA:
SERVIÇO SOCIAL E OS DESAFIOS PROFISSIONAIS CONTEMPORÂNEOS
RESUMO
A Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), ao traçar a política nacional de estágio, objetiva por meio dos campos de estágio supervisionado em Serviço Social promover espaço de mediação entre teoria e prática, ação fundamental na formação integral do profissional Assistente Social. A Política Nacional de Estágio em Serviço Social busca associar ensino e pesquisa, fortalecendo a formação profissional do assistente social quanto a sua atuação na perspectiva do projeto ético-político do Serviço Social, utilizando processos de avaliação da formação profissional dos níveis de graduação e pós-graduação.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 A POLÍTICA NACIONAL DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL PRINCÍPIOS NORTEADORES DO ESTÁGIO MODALIDADES DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO ATRIBUIÇÕES DOS ATORES ENVOLVIDOS NO ESTÁGIO DESAFIOS NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO
AULA 2 HISTÓRICO DA SUPERVISÃO EM ESTÁGIO A LEITURA DA REALIDADE NA SUPERVISÃO DE ESTÁGIO CONHECIMENTO DA INSTITUIÇÃO E POPULAÇÃO USUÁRIA PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DE AÇÕES NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO INTERVENÇÃO ACADÊMICA NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO
AULA 3 A UNIVERSIDADE E A SOCIEDADE A INTEGRAÇÃO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO O ENSINO EM SERVIÇO SOCIAL A PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL A EXTENSÃO
AULA 4 A UNIVERSIDADE E A SOCIEDADE A INTEGRAÇÃO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO O ENSINO EM SERVIÇO SOCIAL A PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL A EXTENSÃO
AULA 5 EXIGÊNCIAS DE FORMAÇÃO NA ATUALIDADE SUPERVISÃO TÉCNICA E ACADÊMICA DO SERVIÇO SOCIAL A ASSESSORIA/CONSULTORIA EM SERVIÇO SOCIAL PRESSUPOSTOS E DESAFIOS NA PRÁTICA DA ASSESSORIA/CONSULTORIA EM SERVIÇO SOCIAL O ASSISTENTE SOCIAL NO MERCADO DE TRABALHO COMO TRABALHADOR ASSALARIADO

AULA 6

A MULTIDISCIPLINARIDADE E A INTERDISCIPLINARIDADE
A INTERDISCIPLINARIDADE NA ATUAÇÃO PROFISSIONAL
AS DIFERENTES EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL E A
INTERDISCIPLINARIDADE
O SERVIÇO SOCIAL E A INTERDISCIPLINARIDADE
DESAFIOS NA INTERDISCIPLINARIDADE

BIBLIOGRAFIAS

- ABEPSS. Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Maio 2010. Disponível em: www.cfess.org.br/arquivos/pneabepss_maio2010_corrigida.pdf.
- LEWGOY. Supervisão de Estágio em Serviço Social: desafios para a supervisão e o exercício profissional. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- RAMOS, Sâmia R. Considerações sobre fundamentos éticos do Serviço Social brasileiro: o significado teórico-político da liberdade, democracia, cidadania e direitos humanos na perspectiva de uma nova sociabilidade In: Revista Temporalis nº11. Ano VI. São Luis: ABEPSS, Janeiro a Junho de 2006.

DISCIPLINA:

ASSESSORIA, CONSULTORIA E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS, PROGRAMAS E
PROJETOS SOCIAIS

RESUMO

Esta disciplina procura apresentar o conceito de assessoria e consultoria e compreender a aplicação destes conceitos. Serão consideradas as especificidades que cabem a esses dois principais conceitos e abordadas, principalmente, suas convergências. As explicações compreenderão aspectos teóricos e exemplos práticos, de modo a orientar de forma mais precisa a apreensão do conteúdo.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

O QUE É ASSESSORIA?
PERFIL DO ASSESSOR
DEMANDAS PARA ASSESSORIA
APRIMORAMENTO E CONHECIMENTO DA REALIDADE
PROMOÇÃO DA AUTONOMIA

AULA 2

O QUE SÃO PROJETOS?
O QUE SÃO PROGRAMAS?
O QUE SÃO POLÍTICAS?
SIMILARIDADES E DISTINÇÕES ENTRE PROJETOS, PROGRAMAS E POLÍTICAS
ELABORAÇÃO DE PROJETOS E A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO

AULA 3

IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÃO DE PROJETOS, PROGRAMAS E POLÍTICAS
MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
AVALIANDO PROCESSOS, RESULTADOS E IMPACTOS
EFICIÊNCIA, EFICÁCIA E EFETIVIDADE
OS DESAFIOS DA AVALIAÇÃO NA ÁREA SOCIAL

AULA 4

O QUE SÃO INDICADORES?
AVALIAÇÃO QUANTITATIVA E AVALIAÇÃO QUALITATIVA
A IMPORTÂNCIA DE SE ESTABELECE UM MARCO ZERO
EXECUÇÃO DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO
AVALIAÇÃO PARTICIPATIVA

AULA 5

ELABORAÇÃO
IMPLEMENTAÇÃO
GESTÃO
MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
ASPECTOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA RELACIONADOS A INICIATIVAS DE FOMENTO

AULA 6

ASSESSORIA E CONSULTORIA COMO CAMPOS DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL
ASSESSORIA E CONSULTORIA EM POLÍTICAS PÚBLICAS
DIFERENCIAIS DA ASSESSORIA E CONSULTORIA REALIZADAS PELO SERVIÇO SOCIAL
INTENCIONALIDADE NA PRÁTICA DA ASSESSORIA POR ASSISTENTES SOCIAIS
QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS E APRIMORAMENTO INTELECTUAL

BIBLIOGRAFIAS

- BRAVO, M. I. S.; MATOS, M. C. de (Orgs.). Assessoria, Consultoria e Serviço Social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- MATOS, M. C. de. Assessoria e consultoria: reflexões para o Serviço Social. In: BRAVO, M. I. S. MATOS, M. C. de (Orgs.). Assessoria, Consultoria e Serviço Social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010. p. 29-57.
- FONSECA, T. M. da. Análise da literatura profissional sobre a temática da assessoria. In BRAVO, M. I. S. MATOS, M. C de (Orgs.). Assessoria, Consultoria e Serviço Social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010. p. 58-82.

DISCIPLINA:

POLÍTICAS EDUCACIONAIS

RESUMO

A temática que será tratada na disciplina de Políticas Educacionais é a organização e desenvolvimento da escola brasileira, considerando as formas de intervenção do Estado na educação escolar: as políticas, o planejamento e a legislação da educação. Nesse sentido, iremos discutir o papel do Estado na formulação das políticas e, conseqüentemente, as legislações, no campo educacional, pautados na seguinte estrutura:

- apresentação de uma breve concepção de Estado;
- o Estado nas concepções dos autores contratualistas e a acepção socialista de Estado;
- a agenda política e seu contexto de produção.
- o planejamento das políticas e a legislação da educação no contexto do direito à educação.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

O ESTADO NA VISÃO DOS AUTORES CONTRATUALISTAS E NO CONTEXTO DO DIREITO

O ESTADO NA VISÃO SOCIALISTA
A CONSTRUÇÃO DA AGENDA POLÍTICA
O PLANEJAMENTO DA POLÍTICA E A LEGISLAÇÃO DA EDUCAÇÃO À LUZ DO DIREITO À EDUCAÇÃO

AULA 2

AS REFORMAS EDUCACIONAIS DOS ANOS DE 1990
GESTÃO DA EDUCAÇÃO
FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO
A VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

AULA 3

GESTÃO DA ESCOLA E GESTÃO DOS SISTEMAS
O PAPEL DOS CONSELHOS DE EDUCAÇÃO
A BUSCA PELA CONSTRUÇÃO DE UM SISTEMA NACIONAL ARTICULADO
O PNE E OS PLANOS DE EDUCAÇÃO

AULA 4

PLANO NACIONAL DA EDUCAÇÃO (PNE) – LEI N. 13.005
A EMENDA CONSTITUCIONAL N. 95 E O LIMITE DE GASTOS PÚBLICOS COM A EDUCAÇÃO
NOVAS REFORMAS NA EDUCAÇÃO PÓS-2016
DA NEGAÇÃO DA DIVERSIDADE À ASSUNÇÃO DO NEOCONSERVADORISMO:
ESCOLA SEM PARTIDO E DEBATE DE GÊNERO NA ESCOLA

AULA 5

EDUCAÇÃO INFANTIL OBRIGATÓRIA A PARTIR DOS QUATRO ANOS DE IDADE
NOVA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC)
REFORMA DO ENSINO MÉDIO
AVALIAÇÕES EM LARGA ESCALA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

AULA 6

REFORMA DAS CARREIRAS E PREVIDENCIÁRIA
OS MOVIMENTOS SOCIAIS RESISTEM: MOVIMENTOS EM BUSCA DE MANUTENÇÃO DE DIREITOS
A EDUCAÇÃO E A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS NA EDUCAÇÃO
NOVOS DESAFIOS DO ENSINO E DO TRABALHO DOCENTE EM TEMPOS DE PANDEMIA

BIBLIOGRAFIAS

- _____. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9394.htm.
- BOBBIO, N. Estado, Governo e Sociedade: para uma teoria geral da política. 16. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- BOURDIEU, P. O poder simbólico. 16. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

DISCIPLINA:

ÉTICA PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL

RESUMO

Tanto a ética quanto a moral são construções históricas e que foram, ao longo de nossa história, compreendidas de forma diferente, perpassando sobre elas questões religiosas, econômicas, tipos de Estado e tantos outros fatores que influenciaram e influenciam ainda a noção de ética e moral, assim como do que é ético e do que é moral na sociedade. Compreender como essas noções foram se moldando ao longo do tempo é fundamental para termos uma posição crítica acerca da questão ética nos dias de hoje. Jamais podemos afirmar que o que está no senso comum é algo que não tem valor ou que não é verdadeiro, pois ele surge da cultura e das relações sociais e nele estão contidos valiosos saberes populares que não podem ser desconsiderados. Porém, para pensar a ética e a ética profissional é necessário ultrapassar o senso comum, tendo uma atitude filosófica. Marilena Chauí (2000) afirma que ter atitude filosófica é ter uma atitude crítica sobre o mundo, é construir um saber teórico, crítico, desmistificador e criativo, diferentemente do senso comum. É não se contentar com o que está aparente e procurar a essência das coisas. Essa atitude é fundamental para que o profissional tenha discernimento durante a sua atuação, para escolher o caminho da ética vigente dentro da profissão e tomar as decisões pautadas nos princípios que norteiam o projeto ético-político dos assistentes sociais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

NOÇÕES INICIAIS SOBRE ÉTICA E MORAL - PARTE UM

NOÇÕES INICIAIS SOBRE ÉTICA E MORAL - PARTE DOIS

QUESTÃO DA ÉTICA, DA LIBERDADE, DA MORAL E DA AUTONOMIA NA HISTÓRIA - PARTE UM

QUESTÃO DA ÉTICA, DA LIBERDADE, DA MORAL E DA AUTONOMIA NA HISTÓRIA - PARTE DOIS

FORMAÇÃO DO ETHOS PROFISSIONAL E ÉTICA NAS PROFISSÕES

AULA 2

ONTOLOGIA DO SER SOCIAL

LIBERDADE E PRÁXIS O ETHOS BURGUEÊS X O ETHOS REVOLUCIONÁRIO

OS CÓDIGOS DE ÉTICA DO SERVIÇO SOCIAL

OS CÓDIGOS DE ÉTICA DO SERVIÇO SOCIAL

BASES HISTÓRICAS E CONTEXTO SOCIAL DA CONSTRUÇÃO DO CÓDIGO DE ÉTICA DE 1993

AULA 3

PROJETOS SOCIETÁRIOS E PROJETOS PROFISSIONAIS

O QUE É UM PROJETO ÉTICO-POLÍTICO?

DEONTOLOGIA E TELEOLOGIA DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL

VALORES NUCLEARES DO PROJETO ÉTICO POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL

O SERVIÇO SOCIAL COMO PROFISSÃO LIBERAL

AULA 4

LEI DE REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO DE ASSISTENTE SOCIAL

CONJUNTO CFESS/CRESS: COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO(A) ASSISTENTE SOCIAL (PARTE 1)

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO(A) ASSISTENTE SOCIAL (PARTE 2)

CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO(A) ASSISTENTE SOCIAL: DISPOSIÇÕES

GERAIS

AULA 5

DIREITOS GERAIS DOS(AS) ASSISTENTES SOCIAIS
DEVERES E VEDAÇÕES GERAIS DOS(AS) ASSISTENTES SOCIAIS
DAS RELAÇÕES PROFISSIONAIS (PARTE 1)
DAS RELAÇÕES PROFISSIONAIS (PARTE 2)
DAS RELAÇÕES PROFISSIONAIS (PARTE 3)

AULA 6

CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO/A ASSISTENTE SOCIAL: A QUESTÃO DO SIGILO PROFISSIONAL
CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO/A ASSISTENTE SOCIAL: PENALIDADES E DISPOSIÇÕES FINAIS
OUTRAS NORMATIVAS DO CONJUNTO CRESS/CFESS
A RELATIVA AUTONOMIA NO EXERCÍCIO DA PROFISSÃO DE ASSISTENTE SOCIAL
DILEMAS ÉTICOS CONTEMPORÂNEOS NO SERVIÇO SOCIAL

BIBLIOGRAFIAS

- NETTO, J. P. Crise, socialismo e democracia. In: BONETTI, D. A.; VINAGRE, M.; SALES, M. A.; GONELLI, V. M. M. (Org.). Serviço social e ética: convite a uma nova práxis. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- CARDOSO, P. F. G. Ética e projetos profissionais: os diferentes caminhos do serviço social no Brasil. Campinas: Papel Social, 2013.
- BARROCO, M. L. S. Bases filosóficas para uma reflexão sobre ética e serviço social. In: BONETTI, D. A.; VINAGRE, M.; SALES, M. A.; GONELLI, V. M. M. (Org.). Serviço social e ética: convite a uma nova práxis. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

DISCIPLINA:

DIREITOS HUMANOS E RELAÇÕES SOCIAIS

RESUMO

Há uma definição clássica, e até pueril, do termo “direito”, que significa exatamente aquilo que é reto, correto ou justo — e, por conseguinte, se opõe ao que é torto. Quando se traz esse debate para a lógica dos direitos humanos, não raro falácias do tipo “só é possível direitos humanos para humanos direitos” podem aparecer no discurso. Dentro dessa perspectiva, a primeira questão a se considerar é que não se trata de um direito só de quem “é correto” ou “merece” Direitos Humanos, pois a concepção dos Direitos Humanos, como a própria declaração de 1948 ilustra, é universal. Direitos não são favores, súplicas ou gentilezas. Não se pede um direito, luta-se por ele. A luta pelos Direitos Humanos é, sob esta perspectiva, uma luta pela própria humanidade. Mas cada direito corresponde a um dever — e, ao afirmar isso, não significa dizer que os Direitos Humanos têm sua eficácia por produzirem deveres, mas sim por seus efeitos na produção cultural.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

O QUE SÃO DIREITOS HUMANOS?
DE ONDE VÊM OS DIREITOS HUMANOS
VERTENTES DOS DIREITOS HUMANOS
TENSÕES FUNDAMENTAIS
DIREITOS HUMANOS À BRASILEIRA

AULA 2

A IMPORTÂNCIA DA DIMENSÃO CULTURAL NO ESTUDO DOS DIREITOS HUMANOS
DIREITOS FUNDAMENTAIS E DIREITOS SOCIAIS
AS CONCEPÇÕES IDEALISTA, POSITIVISTA E CRÍTICO-MATERIALISTA DOS
DIREITOS HUMANOS
PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS E SUAS IMPLICAÇÕES
SOCIOCULTURAIS
CONSIDERAÇÕES ACERCA DA CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE DIREITOS
HUMANOS EM VIENA (1993)

AULA 3

ANTECEDENTES DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS
(PNEDH)
EIXOS ESTRUTURAIS DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS
HUMANOS (PNEDH)
ASPECTOS CONJUNTURAIS DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS
HUMANOS
COMPREENSÃO DA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS A PARTIR DO PNEDH
OBJETIVOS E DIRETRIZES DO PNEDH

AULA 4

O CAMPO DA DIGNIDADE HUMANA COMO PRINCÍPIO ÉTICO DAS METODOLOGIAS
PARTICIPATIVAS
O CAMPO DA POLÍTICA E AS METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS PARA EDUCAÇÃO
EM DIREITOS HUMANOS
O RETORNO A PAULO FREIRE E SUAS CONCEPÇÕES SOBRE METODOLOGIA
PARTICIPATIVA
PERSPECTIVA CONCEITUAL DE CULTURA E METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS
PARA A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS
PROPOSIÇÕES SOBRE METODOLOGIA PARTICIPATIVA PARA A EDUCAÇÃO EM
DIREITOS HUMANOS POR BITTAR

AULA 5

INTRODUÇÃO AO DEBATE SOBRE DIREITOS HUMANOS E MÍDIAS
MAS DE QUAIS MÍDIAS ESTAMOS FALANDO?
EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NA “ALDEIA GLOBAL”
O DEBATE SOBRE DIREITOS HUMANOS EM UMA “CULTURA DE MASSAS”
NARRATIVAS DE VIOLÊNCIA A SERVIÇO DE QUÊ?

AULA 6

COMO AS TELAS SE TRANSFORMAM EM FERRAMENTAS OU ARMAS?
AS TELAS E OUTROS APARATOS MIDIÁTICOS COMO PRODUTOS DA INDÚSTRIA
CULTURAL
“SHOWRNALISMO”: QUANDO A NOTÍCIA É DESDOBRAMENTO DO ESPETÁCULO
AS RELAÇÕES MEDIADAS POR REDES SOCIAIS: OUTROS DESDOBRAMENTOS DO
ESPETÁCULO?
BREVE ANÁLISE DE UM PRODUTO CULTURAL QUE DIALOGA COM A EDUCAÇÃO
EM DIREITOS HUMANOS

BIBLIOGRAFIAS

- CASTILHO, R. Direitos humanos. São Paulo: Saraiva, 2012.
- GENRO, M; ZITKOSKI, J. Educação e Direitos Humanos numa perspectiva intercultural. Revista da Faeeba – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 23, n. 41, p. 237-245, jan/jun. 2014.
- SOUZA, J. A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato. São Paulo: Leya, 2017.

DISCIPLINA: SERVIÇO SOCIAL E ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESUMO
O termo "questão social" é muito utilizado no âmbito do Serviço Social, tanto no que diz respeito a bibliografia da profissão quanto no dia a dia da atuação profissional, isso porque a questão social é o objeto de estudo e intervenção do Serviço Social. Por isso é muito importante compreender essa temática em todos os seus domínios (acadêmico, atuação técnica, congressos, entre outros). Sendo assim, com base em alguns referenciais teóricos, vamos abordar o conceito da questão social e as primeiras formas de intervenção e enfrentamento dessa expressão.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 CONTEXTUALIZANDO A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL O SURGIMENTO DA CLASSE TRABALHADORA A REFORMULAÇÃO DA LEI DOS POBRES CONCEITOS DE QUESTÃO SOCIAL A QUESTÃO SOCIAL NO SÉCULO XX
AULA 2 QUESTÃO SOCIAL E O SURGIMENTO DOS PRIMEIROS ASSISTENTES SOCIAIS A PROFISSIONALIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL A ASSISTENTE SOCIAL NA DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO A VINCULAÇÃO DA QUESTÃO SOCIAL COM O SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL A QUESTÃO SOCIAL COMO OBJETO DO SERVIÇO SOCIAL
AULA 3 O PERÍODO ESCRAVOCRATA E A QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL HERANÇAS DA PRIMEIRA REPÚBLICA E A QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL SERVIÇO SOCIAL E FILANTROPIA A FILANTROPIA E O TRATO À QUESTÃO SOCIAL DE 1930 A 1945 A LBA E A ORGANIZAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL
AULA 4 A NOÇÃO HEGEMÔNICA DE TERCEIRO SETOR TERCEIRO SETOR E A NOVA FORMA DE ENFRENTAMENTO DA QUESTÃO SOCIAL SOBRE A (DES)RESPONSABILIZAÇÃO DO ESTADO COM A QUESTÃO SOCIAL TEMA 04: A REDUÇÃO DA INTERVENÇÃO DO ESTADO NA QUESTÃO SOCIAL REFLEXÕES SOBRE AS TENDÊNCIAS DO TERCEIRO SETOR NO SERVIÇO SOCIAL
AULA 5 QUESTÃO SOCIAL: A PARTICULARIDADE NO CAPITALISMO BRASILEIRO FLEXIBILIZAÇÃO NAS RELAÇÕES DE TRABALHO EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL: O DESEMPREGO

CAPITALISMO MONOPOLISTA E QUESTÃO SOCIAL
A CONSTRUÇÃO DO PROJETO PROFISSIONAL E A QUESTÃO SOCIAL

AULA 6

POBREZA E QUESTÃO SOCIAL NA CONCEPÇÃO LIBERAL CLÁSSICA
POBREZA E QUESTÃO SOCIAL NO CAPITALISMO MONOPOLISTA
A QUESTÃO SOCIAL NO CONTEXTO DO NEOLIBERALISMO
QUESTÃO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE
QUESTÃO SOCIAL: OBJETO DE INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

BIBLIOGRAFIAS

- MARTINELLI, M. L. Serviço Social: identidade e alienação. São Paulo. Cortez, 2010.
- PEREIRA, P. A. Política Social: temas e questões. Editora Cortez, São Paulo, 2015.
- IMAMOTO, M. V. O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2010.